Câmara de Vereadores de Ivaiporã
Est. do Paraná
Fls. 01

PUBLICADO(A) NO JORNAL
Tribuna do Norte
N.º 8720 Pág. C-18
Edição de 11/03/2020
Claudineia

RESOLUÇÃO Nº 03/2020

Organiza a Política de Aperfeiçoamento de Servidores do Poder Legislativo do Município de Ivaiporã - Estado do Paraná e institui a Comissão de Capacitação e Aperfeiçoamento de Servidores e dá outras providências.

O Presidente do Poder Legislativo do Município de Ivaiporã - Estado do Paraná, usando das atribuições do seu cargo, consoante o disposto na Lei Orgânica do Município de Ivaiporã e Regimento Interno da Câmara de Ivaiporã e,

CONSIDERANDO o comando do princípio constitucional da eficiência, esculpido no art. 37[1], *caput* da Constituição Federal, e a consequente procura da produtividade e economicidade na prestação dos serviços públicos, consoante preconiza o douto José dos Santos Carvalho Filho ao defender que o princípio suscitado não alcança apenas os serviços públicos prestados à coletividade, mas também em relação aos serviços administrativos internos das pessoas vinculas à Administração[2];

CONSIDERANDO o disposto no art. 39, §2º[3] e §7º[4] da Constituição Federal, que respectivamente disciplinam a manutenção de escolas de governo voltadas à formação e aperfeiçoamento dos servidores públicos, bem como que a participação em cursos de capacitação tratam-se de pré-requisito para a progressão funcional e, ainda, a aplicação dos recursos provenientes da economia para manter, entre outras funções, programa de produtividade, qualidade e treinamento;

CONSIDERANDO o disposto no art. 46 da Resolução Legislativa nº 6/2015, que institui o Plano de Cargos, Carreira e Salários dos servidores da Câmara Municipal de Ivaiporã, ao estabelecer como atividade permanente do órgão legislativo o treinamento dos servidores efetivos, objetivando estimular e integrar os objetivos de cada servidor no exercício de suas atribuições às finalidade da Administração;

CONSIDERANDO o disposto na Lei Municipal nº 2.515/2014, que organiza o quadro de pessoal efetivo e comissionado, atribuições e vencimentos dos servidores públicos do Poder Legislativo do Município de Ivaiporã e confere aos servidores funções gratificadas nos termos da lei;

CONSIDERANDO que o Decreto Federal nº 5.707/2006, aplicado por simetria aos demais Entes da Federação, naquilo que couber, institui a política e diretrizes para o desenvolvimento pessoal dos servidores, o qual inclusive define capacitação como um processo permanente e deliberado de

---

[1] CF. "*Art. 37. A administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e* ***eficiência*** *e, também, ao seguinte: ...*"

[2] CARVALHO FILHO, Jose dos Santos. *Manual de Direito Administrativo.* 28ª ed. São Paulo: Atlas, 2015, p. 18-19.

[3] CF. "*Art. 39 ... §2º - A União, os Estados e o Distrito Federal manterão escolas de governo para a formação e o aperfeiçoamento dos servidores públicos, constituindo-se a participação nos cursos um dos requisitos para a promoção na carreira, facultada, para isso, a celebração de convênios ou contratos entre os entes federados.*"

[4] CF. "*Art. 39 ... § 7º - Lei da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios disciplinará a aplicação de recursos orçamentários provenientes da economia com despesas correntes em cada órgão, autarquia e fundação, para aplicação no desenvolvimento de programas de qualidade e produtividade, treinamento e desenvolvimento, modernização, reaparelhamento e racionalização do serviço público, inclusive sob a forma de adicional ou prêmio de produtividade.*"

Câmara de Vereadores de Ivaiporã
Fls.: 02
Est. do Paraná

aprendizagem, como o propósito de contribuir para o desenvolvimento de competência institucionais por meio do desenvolvimento de competências individuais;

CONSIDERANDO a importância e a necessidade de implementação do aperfeiçoamento dos servidores públicos municipais pertencentes ao quadro de pessoal do Poder Legislativo de Ivaiporã, o que só é possível através do estímulo adequado, sendo preciso qualificar e aprimorar a qualificação contínua daquele que é essencial para a representação das nossas organizações, outrora, os conhecimentos e habilidades somente serão desenvolvidas por meio de treinamentos eficientes e eficazes, que propiciem a ampla participação de acordo com cada área de atuação e perfil dos mesmos.

CONSIDERANDO que o Poder Legislativo do Município de Ivaiporã, Estado do Paraná integra o Plano Regional de Ação 2019-2020 – Capacitação de Servidores do Grupo Especializado na Proteção ao Patrimônio Público e no Combate à Improbidade Administrativa - GEPATRIA - Coordenação Regional de Maringá/PR, e adotará medidas para o planejamento, organização, direção, execução e controle da política legislativa de capacitação e aperfeiçoamento dos servidores públicos.

CONSIDERANDO que o art. 171, inc. VIII do Regimento Interno do Poder Legislativo do Município de Ivaiporã, estabelece que o "*Projeto de Resolução é a proposição destinada a regular matéria de caráter político-administrativo da Câmara, de efeito interno (...)*", em especial, "*todo e qualquer assunto de sua economia interna, de caráter geral ou normativo, que não se compreenda nos limites do simples ato administrativo*".

RESOLVE:

Art. 1° Instituir a Política de Aperfeiçoamento de Servidores do Poder Legislativo do Município de Ivaiporã - Estado do Paraná a ser implementada pela Comissão de Capacitação e Aperfeiçoamento de Servidores, com o objetivo de planejar, organizar, dirigir, executar e controlar o plano/projeto de aperfeiçoamento, qualificação e atualização dos servidores pertencentes ao quadro de pessoal.

Art. 2° A Política de Aperfeiçoamento de Servidores trata-se de um processo coeso e racional de capacitação e aperfeiçoamento contínuo dos servidores pertencentes ao quadro de pessoal do Poder Legislativo do Município de Ivaiporã, através da participação efetiva em eventos educacionais, tais como: cursos, congressos, palestras, seminários, oficinas, encontros, ciclos de estudos, intercâmbios, debates, entrevistas ou qualquer outro evento de ensino, presencial ou *online*, com ou sem ônus financeiro, que possibilite o desenvolvimento intelectual e a qualificação profissional dos servidores públicos, com ênfase na melhor prestação do serviço público, visando satisfazer com maior amplitude o Princípio da Eficiência.

Art. 3° Para fins desta Resolução, entende-se por:

Câmara de Vereadores de Ivaiporã
Fls.: 03
Est. do Paraná

I - **Capacitação**: processo permanente de aprendizagem, com o propósito de contribuir para o desenvolvimento de competências institucionais por meio do desenvolvimento de competências individuais;

II – **Aperfeiçoamento**: capacitação orientada para o desenvolvimento do conjunto de conhecimentos, habilidades e atitudes necessárias ao desempenho das funções dos servidores, visando ao alcance dos objetivos da instituição; e

III - **Modalidades de Eventos Educacionais**: cursos, congressos, palestras, seminários, oficinas, encontros, ciclos de estudos, intercâmbios, debates, entrevistas ou qualquer outro evento de ensino, presencial ou à distância, com ou sem ônus financeiro, que contribuam para o desenvolvimento do servidor e que atendam aos interesses da administração pública municipal.

Parágrafo único. Incluem-se também entre as modalidades de eventos educacionais, para efeito desta Lei, os Cursos de Pós-Graduação *lato sensu* (Especialização) ou *stricto sensu* (Mestrado e Doutorado).

Art. 4° São diretrizes da Política de Aperfeiçoamento de Servidores:

I - incentivar e apoiar o servidor público em suas iniciativas de capacitação voltadas ao desenvolvimento das competências institucionais e individuais;

II - assegurar o acesso dos servidores a eventos de capacitação interna e externamente ao seu local de trabalho;

III - promover a capacitação gerencial do servidor e a sua qualificação para o exercício das atividades de direção e assessoramento;

IV - incentivar e apoiar as iniciativas de capacitação promovidas pelos próprios órgãos e entidades municipais, mediante o aproveitamento de habilidades e conhecimentos de servidores de seu próprio quadro de pessoal;

V - estimular a participação do servidor em ações de educação continuada, entendida como a oferta regular de cursos para o aprimoramento profissional, ao longo de sua vida funcional;

VI - incentivar a inclusão das atividades de capacitação como requisito para a promoção funcional do servidor nas carreiras da administração pública e assegurar a ele a participação nessas atividades;

VII - considerar o resultado das ações de capacitação e a mensuração do desempenho do servidor complementares entre si;

IX - oferecer e garantir cursos introdutórios ou de formação, respeitadas as normas específicas aplicáveis a cada carreira ou cargo, aos servidores que ingressarem no setor público, inclusive àqueles sem vínculo efetivo com a administração pública;

VI - avaliar permanentemente os resultados das ações de capacitação;

Câmara de Vereadores de Ivaiporã Est. do Paraná Fls.: 04

VII - elaborar o plano anual/lista de eventos educacionais para a capacitação do Poder Legislativo de Ivaiporã, compreendendo as definições dos temas e as metodologias de capacitação a serem implementadas;

VIII - Promover entre os servidores ampla divulgação das oportunidades de capacitação; e

XIII - priorizar, no caso de eventos externos de aprendizagem, os cursos ofertados pelas escolas de governo, favorecendo a articulação entre elas.

Art. 5° Os eventos educacionais compreendidos na Política de Aperfeiçoamento de Servidores classificam-se, quanto aos custos, em:

I - COM ÔNUS: quando o conteúdo do evento educacional estiver diretamente relacionado à atividade desenvolvida pelo servidor público na Câmara Municipal, compreendendo o pagamento da remuneração do servidor, taxa de inscrição, material, passagens ou utilização do veículo oficial, diárias e outras despesas pertinentes à regular participação no evento;

II - SEM ÔNUS: quando o servidor público participar de eventos educacionais gratuitos ou quando tiver que arcar com taxa de inscrição do evento em razão de indeferimento do seu requerimento junto à Presidência da Casa.

§1° - Em quaisquer das hipóteses estabelecidas no inciso II, se o evento educacional guardar relação com às atividades desenvolvidas pelo servidor público na Câmara Municipal, terá direito ao recebimento normal de sua remuneração, passagens ou utilização do veículo oficial e, ainda, recebimento de diárias, nos termos da Legislação própria.

§2° - Os cursos de Graduação e Pós-Graduação *lato sensu* (Especialização) e *stricto sensu* (Mestrado e Doutorado) não poderão ser realizados com ônus para a Câmara Municipal, salvo as exceções estabelecidas no art. 11, inc. XXII e §§ 1° a 5° da Lei Orgânica do Município de Ivaiporã.

Art. 6° Para a realização de qualificação profissional na modalidade *online*, o servidor público poderá utilizar os equipamentos (computadores, internet, papel, caneta, entre outros) da Câmara do Município de Ivaiporã e, ainda:

I - realizar a capacitação profissional durante o horário de expediente, desde que isso não comprometa o desempenho das atividades inerentes ao cargo/função ocupado;

II - utilizar horários alternativos (fora do horário de expediente do cargo/função pública), em sua residência e com seus próprios equipamentos e internet; e

III - ser disponibilizado ambiente comum único para que os servidores públicos realizem a capacitação profissional em conjunto.

Parágrafo único. O servidor público somente poderá realizar a capacitação com equipamentos da Câmara do Município de Ivaiporã e no horário de expediente se o conteúdo do evento educacional estiver relacionado com as atribuições do cargo/função.

Câmara de Vereadores de Ivaiporã Fls.: 05 Est. do Paraná

Art. 7° A avaliação do servidor público referente à capacitação profissional realizada, que será arquivada junto à sua ficha funcional, será efetivada da seguinte forma:

I - Através de prova/teste (ou qualquer outra espécie de avaliação) disponibilizada pelo próprio evento educacional de capacitação, juntamente com a apresentação do Diploma, Certificado ou qualquer outro documento comprobatório da participação no evento;

II - Caso o evento educacional não realize prova/teste (ou qualquer outra espécie de avaliação), o servidor deverá elaborar, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis após a realização do evento, um relatório sucinto e objetivo, descrevendo o conteúdo ministrado e a forma como o conhecimento adquirido será importante para o desenvolvimento das suas atribuições, juntamente com a apresentação do Diploma, Certificado ou qualquer outro documento comprobatório da participação no evento.

Art. 8° A capacitação profissional dos servidores públicos pertencentes ao quadro de pessoal efetivo do Poder Legislativo será utilizada como requisito para a progressão funcional nos termos do que estabelece o Plano de Cargos, Carreira e Salários dos Servidores da Câmara do Município de Ivaiporã – Resolução n° 6/2015 e alterações.

Art. 9° Acompanha a presente resolução o Anexo Único, contendo lista de eventos educacionais *online* e gratuitos, fornecidos por diversas Escolas de Governo, correlacionando o conteúdo dos eventos educacionais aos cargos/funções desempenhadas pelos servidores públicos do Poder Legislativo do Município de Ivaiporã.

§1° - A disponibilização do Anexo descrito no *caput* deste artigo, NÃO IMPEDE a participação em outros eventos educacionais, *online* ou presencial, com ou sem ônus financeiro para o Poder Legislativo do Município de Ivaiporã, desde que relacionados às atribuições do servidor público e fornecidos por instituição idônea e especializada na área de qualificação e aperfeiçoamento de servidores públicos.

§2° - A Comissão de Capacitação e Aperfeiçoamento de Servidores nomeada nos termos do art. 15, responsável pela implementação e execução da Política de Aperfeiçoamento de Servidores poderá sugerir ao Presidente da Câmara, por meio de recomendação expressa, a inclusão de eventos educacionais não integrados nas Escolas de Governo e que sejam fundamentadamente considerados úteis e essenciais para desenvolvimento das atribuições dos servidores públicos, ainda que com ônus para Câmara, desde que haja previsão orçamentária para tanto, cabendo ao Presidente deferir ou não a participação do servidor no evento educacional.

§3° - O próprio servidor público poderá solicitar ao Presidente da Câmara a oportunidade de participar de algum evento educacional cujo tema coincida com as atribuições de seu cargo/função, ainda que com ônus para o órgão, desde que haja previsão orçamentária para tanto, cabendo ao Presidente a deferir ou não a participação do servidor no evento educacional.

Art. 10. Os eventos educacionais das Escolas de Governo, por serem gratuitos, poderão ser oferecidos aos servidores públicos efetivos ou comissionados.

Câmara de Vereadores de Ivaiporã Est. do Paraná Fls.: 06

Parágrafo único. Os eventos educacionais que representarem ônus para a Câmara Municipal somente poderão ser destinados aos servidores do quadro de pessoal efetivo, salvo exceção devidamente motivada.

Art. 11. A participação do servidor público em eventos educacionais compreendidos na Política de Aperfeiçoamento de Servidores, COM ou SEM ÔNUS para a Câmara Municipal, que guardem relação com as atribuições do cargo/função desempenhados e que demandem o deslocamento para fora da sede do serviço, deverá ser solicitada através de requerimento formal, dirigido ao Presidente da Câmara, com antecedência mínima de 10 (dez) dias, competindo ao mesmo decidir sobre o expediente no prazo de até 2 (dois) dias.

Parágrafo único. O processo administrativo para participação do servidor nos eventos educacionais não contemplados no Anexo Único desta Resolução, que representarem ônus para o Poder Legislativo, além da tramitação legal atinente a espécie, deverá ser instruído com parecer prévio da Comissão de Capacitação e Aperfeiçoamento de Servidores, que deliberará acerca da pertinência e correlação do curso com o cargo/função desempenhados no órgão.

Art. 12. Para frequentar os eventos educacionais descritos nesta Resolução, os servidores públicos poderão afastar-se de suas funções pelo prazo máximo de 5 (cinco) dias durante o mesmo mês.

§1° - Para realizar cursos de Pós-Graduação *lato sensu* (Especialização), os servidores públicos poderão afastar-se de suas funções pelo prazo de até 5 (cinco) dias, durante o mesmo mês, consecutivos ou não.

§2° - Para realizar cursos de Pós-Graduação *stricto sensu* (Mestrado e Doutorado), os servidores públicos poderão afastar-se de suas funções pelo prazo de até 10 (dez) dias, durante o mesmo mês, consecutivos ou não.

§3° - Poderá haver a prorrogação dos dias descritos nos §§ 1° e 2°, desde que devidamente justificado e acompanhado do cronograma do respectivo curso.

Art. 13. A frequência a eventos educacionais da Política de Aperfeiçoamento de Servidores não ensejará o pagamento de horas extraordinárias.

Art. 14. Transcorrido o prazo de 2 (dois) anos, negligenciando o servidor em cumprir, no mínimo, 40 (quarenta) horas dentre os cursos de capacitação propostos ao seu cargo/função, observada eventual desenvoltura negativa no desenvolvimento do serviços, poderá ser instaurado, se for o caso, sindicância para efeito de punição administrativa nos casos que se reportarem falta funcional praticados no viés de suposta imperícia ou ineficiência do servidor negligente, desde que tal conduta pudesse ter sido evitada caso o mesmo tivesse participado do evento educacional sugerido.

Art. 15. Fica criada a Comissão de Capacitação e Aperfeiçoamento de Servidores, vinculado ao Departamento de Administração, composto por 3 (três) servidores do quadro próprio do Poder Legislativo, designados pelo Presidente através de Portaria.

Câmara de Vereadores de Ivaiporã Fls.: 07 Est. do Paraná

Art. 16. A Comissão de Capacitação e Aperfeiçoamento de Servidores, atuará no planejamento, organização, direção, execução e controle de atividades relacionadas à capacitação, ao aperfeiçoamento, à atualização e ao desenvolvimento dos servidores municipais, objetivando:

I - melhorar o desempenho e eficiência dos servidores na execução das tarefas administrativas e prestação dos serviços públicos;

II - promover o desenvolvimento de habilidades, atitudes e competências dos servidores para aprimoramento profissional em sua área de formação de acordo com as melhores práticas de recursos humanos;

III - promover a racionalização e efetividade dos gastos com capacitação.

Art. 17. Para a consecução dos seus objetivos, a Comissão de Capacitação e Aperfeiçoamento de Servidores, terá como atribuições:

I - organizar e implementar programas e projetos de capacitação, educação continuada e desenvolvimento profissional dos servidores da Câmara;

II - consolidar um programa permanente de capacitação e qualificação profissional e gerencial para todos os níveis hierárquicos;

III - levantar periodicamente informações e promover estudos sobre as necessidades dos quadros e recursos humanos da Câmara;

IV - orientar órgãos da administração pública no levantamento das necessidades de capacitação;

IV - zelar pela observância do disposto nesta Resolução.

Parágrafo único. No exercício de suas competências, a Comissão de Capacitação e Aperfeiçoamento de Servidores deverá observar as orientações e diretrizes do Plano Regional de Ação 2019-2020 – Capacitação de Servidores do Grupo Especializado na Proteção ao Patrimônio Público e no Combate à Improbidade Administrativa - GEPATRIA - Coordenação Regional de Maringá/PR.

Art. 18. As despesas inerentes a execução da presente Política de Capacitação e Aperfeiçoamento de Servidores do Poder Legislativo do Município de Ivaiporã, se for o caso, correrão por conta de dotações específicas, suplementadas se necessário.

Art. 19. Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete da Presidência da Câmara Municipal de Ivaiporã, Estado do Paraná, aos dez dias do mês de março do ano de dois mil e vinte. (10/03/2020)

Eder Lopes Bueno
Presidente

Alex Mendonça Papin
1º Secretário

Câmara de Vereadores de Ivaiporã – Est. do Paraná – Fls.: 08

ANEXO ÚNICO

Parte integrante da Resolução n° .03/2020.

ESCOLA DE GESTÃO PÚBLICA DO TCE-PR (EGP – TCE/PR) https://www1.tce.pr.gov.br/egp/						
CONTROLE INTERNO	**CONTABILIDADE**	**ADMINISTRATIVO**	**JURÍDICO**	**LICITAÇÃO**	**MOTORISTA**	**SERVENTE**
O Desafios dos Controles internos na Administração Pública.	Gestão de Risco – II Fórum de Controle Externo	Prática Jurisprudencial em Sindicância e PAD	Dicas Sobre Licitações para aquisições específicas no âmbito Municipal	Curso de Formação de Pregoeiros	Profissionalização na Administração Pública	Profissionalização na Administração Pública
Gestão de Risco – II Fórum de Controle Externo	Noções Gerais sobre a aplicação da nova Lei nº 13.303/16 – Leis das Estatais	Improbidade Administrativa: A CF, a Doutrina e a Jurisprudência dos Tribunais	Gestão de Risco – II Fórum de Controle Externo	Dicas Sobre Licitações para aquisições específicas no âmbito Municipal	Debates sobre a Lei Improbidade Administrativa	Debates sobre a Lei Improbidade Administrativa
Auditoria Operacional – Uma breve abordagem	Questões sobre a Contratação Direta na Lei nº 8666/93	Leis Anticorrupção	O papel da avaliação de Controles Internos no âmbito Governança Pública	Elaboração de Termos Referência	Transparência na Gestão Pública - Palestra	Transparência na Gestão Pública - Palestra
O papel da avaliação de Controles Internos no âmbito Governança Pública	Questões sobre pontos controvertidos nos Contratos Administrativos	Transferências Voluntárias – o papel do CONCEDENTE	Elaboração de Termos Referência	Aspectos Penais na Lei de Licitações na Visão do STJ	Primeiros Socorros e Reanimação Cardíaca - Palestra	Primeiros Socorros e Reanimação Cardíaca - Palestra
Aspectos Penais na Lei de Licitações na Visão do STJ	Termo de Referência e Projeto Básico nas Licitações	Transferências Voluntárias – o papel do TOMADOR	Aspectos Penais na Lei de Licitações na Visão do STJ	Noções Gerais sobre a aplicação da nova Lei nº 13.303/16 – Leis das Estatais	Linguagem e Comunicação com o Público - Palestra	Linguagem e Comunicação com o Público - Palestra
Noções Gerais sobre a aplicação da nova Lei nº 13.303/16 – Leis das Estatais	Licitações: questões práticas e casos concretos	Compliance na Administração Pública	Noções Gerais sobre a aplicação da nova Lei nº 13.303/16 – Leis das Estatais	Questões sobre a Contratação Direta na Lei nº 8666/93	Oratória - A arte de falar em público - Palestra	Oratória - A arte de falar em público - Palestra
Questões sobre a Contratação Direta na Lei nº 8666/93	Gestão e Fiscalização de Contratos	TAG – Termo de Ajustamento de Gestão no TCE-PR	Questões sobre a Contratação Direta na Lei nº 8666/93	Questões sobre pontos controvertidos nos Contratos Administrativos	Qualidade no Atendimento ao Público	Qualidade no Atendimento ao Público
Questões sobre pontos controvertidos nos Contratos Administrativos	Fraude em Licitações	Formação de Conselheiros Municipais e Estaduais	Questões sobre pontos controvertidos nos Contratos Administrativos	Termo de Referência e Projeto Básico nas Licitações	Mídias Sociais - Palestra	Mídias Sociais - Palestra

CÂMARA DE VEREADORES DE IVAIPORÃ

Estado do Paraná

Câmara de Vereadores de Ivaiporã Est. do Paraná Fls.: 09

Termo de Referência e Projeto Básico nas Licitações	A Nova Lei das Estatais: Lei nº 13.303/16	Gestão de Pessoal da visão do TCE-PR	Termo de Referência e Projeto Básico nas Licitações	Fiscalização de Contratos Administrativos	Projeto Conexão - Palestra	Projeto Conexão - Palestra
Fiscalização de Contratos Administrativos	XII Fórum de Licitações	Gestão e Contratação em Tecnologia da Informação	Fiscalização de Contratos Administrativos	Licitações: questões práticas e casos concretos		
Licitações: questões práticas e casos concretos	Contratos da Adm. Pública: novas modelagens de contratação, gestão e fiscalização	Serviços Públicos no Brasil e a Nova Lei de Proteção ao Usuário – Lei 13.450/2017	Licitações: questões práticas e casos concretos	Gestão e Fiscalização de Contratos		
Gestão e Fiscalização de Contratos	Direito Digital: Sociedade da Informação e Direito à Propriedade	Profissionalização na Administração Pública	Gestão e Fiscalização de Contratos	Fraude em Licitações		
[illegible]ude em [illegible]itações	Improbidade Administrativa: A CF, a Doutrina e a Jurisprudência dos Tribunais	Contratação de Serviços Públicos	Fraude em Licitações	A Nova Lei das Estatais: Lei nº 13.303/16		
A Nova Lei das Estatais: Lei nº 13.303/16	Investimentos Públicos e Privados em Infraestrutura: Políticas Públicas e a CF	Corrupção e Contratação Administrativa	A Nova Lei das Estatais: Lei nº 13.303/16	XII Fórum de Licitações		
XII Fórum de Licitações	Leis Anticorrupção	Debates sobre a Lei Improbidade Administrativa	XII Fórum de Licitações	Contratos da Adm. Pública: novas modelagens de contratação, gestão e fiscalização		
Alterações da LINDB – Lei de Introdução às Normas de Direito Brasileiro	Licitação Pública: Novas Leis, Velhos Problemas	Lei Anticorrupção, Acordos de Leniência e os Tribunais de Contas	Alterações da LINDB – Lei de Introdução às Normas de Direito Brasileiro	Leis Anticorrupção		
Constituição [illegible]sileira e os [illegible]safios do STF	Formalização e Execução de parcerias com o Terceiro Setor – 13.019	Auditoria em Folha de Pagamento no Serviço Público	Constituição Brasileira e os Desafios do STF	Licitação Pública: Novas Leis, Velhos Problemas		
Direito Penal e Administração Pública: Jurisprudência dos Tribunais Superiores	Lei 13.204/45 - Limites da autonomia privada nos recursos repassados ao 3º Setor	Desafios da Infraestrutura: PPP, RDC e o Papel do Controle	Direito Penal e Administração Pública: Jurisprudência dos Tribunais Superiores	Compliance na Administração Pública		
Prática Jurisprudencial em Sindicância e PAD	Transferências Voluntárias – o papel do CONCEDENTE	O novo plano da receita para 2018: reflexos no SIM-AM e PPA, LDO e LOA	Novo CPC – Código de Processo Civil	Gestão e Contratação em Tecnologia da Informação		
A Nova Lei nº 13.655/2018: (Des)Controle ou (In)Segurança Jurídica?	Transferências Voluntárias – o papel do TOMADOR	Orçamento Público focado na Elaboração do PPA	Prática Jurisprudencial em Sindicância e PAD	Profissionalização na Administração Pública		
Ativismo Judicial: O Supremo Tribunal Federal e a Constituição Federal	Compliance na Administração Pública	Entendendo as Demonstrações Contábeis e Fiscais	Sistema Penitenciário	Contratação de Serviços Públicos		

Contratos da Adm. Pública: novas modelagens de contratação, gestão e fiscalização	TAG – Termo de Ajustamento de Gestão no TCE-PR	Contabilidade Pública – Orçamento Público: do PPA à LOA	A Nova Lei nº 13.655/2018: (Des)Controle ou (In)Segurança Jurídica?	Corrupção e Contratação Administrativa		
Direito Digital: Sociedade da Informação e Direito à Propriedade	Gestão de Pessoal da visão do TCE-PR	Contabilidade Pública – Procedimentos Contábeis Patrimoniais	Ativismo Judicial: O Supremo Tribunal Federal e a Constituição Federal	Debates sobre a Lei Improbidade Administrativa		
Improbidade Administrativa: A CF, a Doutrina e a Jurisprudência dos Tribunais	Gestão e Contratação em Tecnologia da Informação	Contabilidade Pública – Receitas Orçamentárias	Contratos da Adm. Pública: novas modelagens de contratação, gestão e fiscalização	Desafios da Infraestrutura: PPP, RDC e o Papel do Controle		
Investimentos Públicos e Privados em Infraestrutura: Políticas Públicas e a CF	Profissionalização na Administração Pública	Extrafiscalidade – uma forma mais inteligente de aplicar o Dinheiro dos Impostos	Direito Digital: Sociedade da Informação e Direito à Propriedade	Orientações Gerais para Gestores Municipais: Licitações e Contratos		
Leis Anticorrupção	Contratação de Serviços Públicos	Orientações Gerais para Gestores Municipais: Transferências Voluntárias	Improbidade Administrativa: A CF, a Doutrina e a Jurisprudência dos Tribunais	Transparência na Gestão Pública - Palestra		
Licitação Pública: Novas Leis, Velhos Problemas	Corrupção e Contratação Administrativa	Orientações Gerais para Gestores Municipais: Licitações e Contratos	Investimentos Públicos e Privados em Infraestrutura: Políticas Públicas e a CF	A Função Fiscalizadora dos Tribunais de Contas		
Formalização e Execução de Parcerias com o Terceiro Setor – 13.019	Debates sobre a Lei Improbidade Administrativa	Orientações Gerais para Gestores Municipais: Fiscalização Municipal e Orçamento	Leis Anticorrupção	Primeiros Socorros e Reanimação Cardíaca - Palestra		
Lei 13.204/45 - Limites da autonomia privada nos recursos repassados ao 3º Setor	Auditoria em Folha de Pagamento no Serviço Público	Orientações Gerais para Gestores Municipais: Atos de Pessoal	Licitação Pública: Novas Leis, Velhos Problemas	Linguagem e Comunicação com o Público - Palestra		
Transferências Voluntárias – o papel do CONCEDENTE	Desafios da Infraestrutura: PPP, RDC e o Papel do Controle	Controle Social	Formalização e Execução de parcerias com o Terceiro Setor – 13.019	Oratória - A arte de falar em público - Palestra		
Transferências Voluntárias – o papel do TOMADOR	Prestação de Contas Anual 2018	XIII Fórum de Controle Social – Curitiba 2018	Lei 13.204/45 - Limites da autonomia privada nos recursos repassados ao 3º Setor	Qualidade no Atendimento ao Público		
Compliance na Administração Pública	Entendendo o processo de convergência da	Transparência na Gestão Pública - Palestra	Transferências Voluntárias – o papel do	Mídias Sociais - Palestra		

	Contabilidade aplicada ao Setor Público		CONCEDENTE			
TAG – Termo de Ajustamento de Gestão no TCE-PR	Os benefícios da Contabilidade para a Transparência da Gestão Pública	A Função Fiscalizadora dos Tribunais de Contas	Transferências Voluntárias – o papel do TOMADOR	Projeto Conexão - Palestra		
Formação de Conselheiros Municipais e Estaduais	Noções básicas de Contabilidade privada para não Contadores	Primeiros Socorros e Reanimação Cardíaca - Palestra	Compliance na Administração Pública			
Gestão de Pessoal da visão do TCE-PR	O novo plano da receita para 2018: reflexos no SIM-AM e PPA, LDO e LOA	Linguagem e Comunicação com o Público - Palestra	TAG – Termo de Ajustamento de Gestão no TCE-PR			
Gestão e Contratação em Tecnologia da Informação	Orçamento Público focado na Elaboração do PPA	Oratória - A arte de falar em público - Palestra	Formação de Conselheiros Municipais e Estaduais			
Governança e Controle no Século XXI	Contabilidade aplicada aos Regimes Próprios de Previdência Social	Qualidade no Atendimento ao Público	Gestão de Pessoal da visão do TCE-PR			
Serviços Públicos no Brasil e a Nova Lei de Proteção ao Usuário – Lei 13.450/2017	Contabilidade aplicada ao Setor Público na Visão do TCE-PR	Mídias Sociais - Palestra	Gestão e Contratação em Tecnologia da Informação			
Profissionalização na Administração Pública	Entendendo as Demonstrações Contábeis e Fiscais	Projeto Conexão - Palestra	Governança e Controle no Século XXI			
Contratação de Serviços Públicos	Contabilidade Pública – Auditoria Contábil no Setor Público		Serviços Públicos no Brasil e a Nova Lei de Proteção ao Usuário – Lei 13.450/2017			
Corrupção e Contratação Administrativa	Contabilidade Pública – Controle Patrimonial		Profissionalização na Administração Pública			
Debates sobre a Lei Improbidade Administrativa	Contabilidade Pública – Controles Internos e as DCASPs		Contratação de Serviços Públicos			
Lei Anticorrupção, Acordos de Leniência e os Tribunais de Contas	Contabilidade Pública – Custos ao Setor Público		Corrupção e Contratação Administrativa			
Auditoria em Folha de Pagamento no Serviço Público	Contabilidade Pública – Demonstrações Contábeis		Debates sobre a Lei Improbidade Administrativa			
Desafios da Infraestrutura: PPP, RDC e o Papel do Controle	Entendendo os Resultados Fiscais		Lei Anticorrupção, Acordos de Leniência e os Tribunais de Contas			
Controle Interno na visão do TCE-PR	Contabilidade Pública – O Plano de Contas e as DCASPs		Auditoria em Folha de			

			Pagamento no Serviço Público			
Prestação de Contas Anual 2018	Contabilidade Pública – Orçamento Público: do PPA à LOA		Desafios da Infraestrutura: PPP, RDC e o Papel do Controle			
Entendendo o processo de convergência da Contabilidade aplicada ao Setor Público	Contabilidade Pública – Procedimentos Contábeis Patrimoniais		Prestação de Contas Anual 2018			
Os benefícios da Contabilidade para a [illegible]nsparência da Gestão Pública	Contabilidade Pública – Receitas Orçamentárias		Entendendo o processo de convergência da Contabilidade aplicada ao Setor Público			
O novo plano da receita para 2018: reflexos no SIM-AM e PPA, LDO e LOA	Extrafiscalidade – uma forma mais inteligente de aplicar o Dinheiro dos Impostos		Os benefícios da Contabilidade para a Transparência da Gestão Pública			
Orçamento Público focado na Elaboração do PPA	Orientações Gerais para Gestores Municipais: Licitações e Contratos		O novo plano da receita para 2018: reflexos no SIM-AM e PPA, LDO e LOA			
Contabilidade aplicada aos Regimes Próprios de Previdência Social	Orientações Gerais para Gestores Municipais: Fiscalização Municipal e Orçamento		Orçamento Público focado na Elaboração do PPA			
C[illegible]tabilidade [illegible]cada ao Setor Público na Visão do TCE-PR	Orientações Gerais para Gestores Municipais: Atos de Pessoal		Contabilidade aplicada aos Regimes Próprios de Previdência Social			
Entendendo as Demonstrações Contábeis e Fiscais	Transparência na Gestão Pública - Palestra		Contabilidade aplicada ao Setor Público na Visão do TCE-PR			
Contabilidade Pública – Auditoria Contábil no Setor Público	A Função Fiscalizadora dos Tribunais de Contas		Entendendo as Demonstraçõe s Contábeis e Fiscais			
Contabilidade Pública – Controle Patrimonial	Primeiros Socorros e Reanimação Cardíaca - Palestra		Contabilidade Pública – Controle Patrimonial			
Contabilidade Pública – Controles Internos e as DCASPs	Linguagem e Comunicação com o Público - Palestra		Contabilidade Pública – Orçamento Público: do PPA à LOA			

Câmara de Vereadores de Ivaiporã Est. do Paraná Fls.: 13

Contabilidade Pública – Custos ao Setor Público	Oratória - A arte de falar em público - Palestra		Contabilidade Pública – Procedimentos Contábeis Patrimoniais			
Contabilidade Pública – Demonstrações Contábeis	Qualidade no Atendimento ao Público		Contabilidade Pública – Receitas Orçamentárias			
Entendendo os Resultados Fiscais	Mídias Sociais - Palestra		Extrafiscalidade – uma forma mais inteligente de aplicar o Dinheiro dos Impostos			
Contabilidade Pública – O [illegible]io de Contas e as DCASPs	Projeto Conexão - Palestra		Orientações Gerais para Gestores Municipais: Transferências Voluntárias			
Contabilidade Pública – Orçamento Público: do PPA à LOA			Orientações Gerais para Gestores Municipais: Licitações e Contratos			
Contabilidade Pública – Procedimentos Contábeis Patrimoniais			Orientações Gerais para Gestores Municipais: Fiscalização Municipal e Orçamento			
Contabilidade Pública – Receitas Orçamentárias			Orientações Gerais para Gestores Municipais: Atos de Pessoal			
[illegible]afiscalidade – uma forma mais inteligente de aplicar o Dinheiro dos Impostos			Transparência na Gestão Pública - Palestra			
Orientações Gerais para Gestores Municipais: Transferências Voluntárias			A Função Fiscalizadora dos Tribunais de Contas			
Orientações Gerais para Gestores Municipais: Licitações e Contratos			Primeiros Socorros e Reanimação Cardíaca - Palestra			
Orientações Gerais para Gestores Municipais: Fiscalização Municipal e Orçamento			Linguagem e Comunicação com o Público - Palestra			

Câmara de Vereadores de Ivaiporã Fls.: 14 Est. do Paraná

Orientações Gerais para Gestores Municipais: Atos de Pessoal			Oratória - A arte de falar em público - Palestra			
Controle Social			Qualidade no Atendimento ao Público			
XIII Fórum de Controle Social – Curitiba 2018			Mídias Sociais - Palestra			
Transparência na Gestão Pública - Palestra			Projeto Conexão - Palestra			
A Função Fiscalizadora dos Tribunais de Contas						
Primeiros Socorros e Reanimação Cardíaca - Palestra						
Linguagem e Comunicação com o Público - Palestra						
Oratória - A arte de falar em público - Palestra						
Qualidade no Atendimento ao Público						
Mídias Sociais - Palestra						
Projeto Conexão - Palestra						

ESCOLA NACIONAL DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA (ENAP)

http://www.enap.gov.br/

CONTROLE INTERNO	CONTABILIDADE	ADMINISTRATIVO	JURÍDICO	LICITAÇÃO	MOTORISTA	SERVENTE
Prevenção à Lavagem de Dinheiro e ao Financiamento do Terrorismo	Cidadania Fiscal: Uma Receita para o Brasil	Cidadania Fiscal: Uma Receita para o Brasil	Prevenção à Lavagem de Dinheiro e ao Financiamento do Terrorismo	Cidadania Fiscal: Uma Receita para o Brasil	Cidadania Fiscal: Uma Receita para o Brasil	Cidadania Fiscal: Uma Receita para o Brasil
Cidadania Fiscal: Uma Receita para o Brasil	Gestão da informação e documentos – conceitos básicos em gestão documental	Gestão da informação e documentos – conceitos básicos em gestão documental	Cidadania Fiscal: Uma Receita para o Brasil	Fiscalização de Projetos e Obras de Engenharia	Gestão da informação e documentos – conceitos básicos em gestão documental	Gestão da informação e documentos – conceitos básicos em gestão documental

Câmara de Vereadores de Ivaiporã Est. do Paraná Fls.: 15

Fiscalização de Projetos e Obras de Engenharia	Um por todos e todos por um	Gestão Pessoal – Base da Liderança	Noções Gerais de Direitos Autorais	Gestão da informação e documentos – conceitos básicos em gestão documental	Um por todos e todos por um	Um por todos e todos por um
Controle Institucional e Social dos Gastos Públicos	Ética e Serviço Público	Um por todos e todos por um	Gestão da informação e documentos – conceitos básicos em gestão documental	Um por todos e todos por um	Ética e Serviço Público	Ética e Serviço Público
Controle Social	Cidadania e Direitos Humanos	Ética e Serviço Público	Gestão de Consultas e Normas GESCON – RPPS	Ética e Serviço Público	Cidadania e Direitos Humanos	Cidadania e Direitos Humanos
Gestão da informação e documentos – conceitos básicos em gestão documental	eSocial para Órgãos Públicos – RPPS	Cidadania e Direitos Humanos	Um por todos e todos por um	Cidadania e Direitos Humanos	A Previdência Social dos Servidores Públicos: Regime próprio e Regime de Previdência	A Previdência Social dos Servidores Públicos: Regime próprio e Regime de Previdência
Gestão Pessoal – Base da Liderança	SIAPE Cadastro	eSocial para Órgãos Públicos – RPPS	Educação em Direitos Humanos	Introdução à Lei Brasileira de Proteção de Dados Pessoais	Introdução à Lei Brasileira de Proteção de Dados Pessoais	Introdução à Lei Brasileira de Proteção de Dados Pessoais
Gestão de Consultas e Normas GESCON – RPPS	Introdução ao Sistema SIGEPE – AFD	SIAPE Cadastro	Direitos Humanos: Uma Declaração Universal	Acesso à Informação	Acesso à Informação	Acesso à Informação
Um por todos e todos por um	SIAPE Folha	Introdução ao Sistema SIGEPE – AFD	Ética e Serviço Público	Elaboração de Plano de Dados Abertos		
Educação em Direitos Humanos	Critérios do Certificado de Regularidade Previdenciário – CRP	SIAPE Folha	Cidadania e Direitos Humanos	Criatividade e Novas Tecnologias no Serviço Público		
Direitos Humanos: Uma Declaração Universal	A Previdência Social dos Servidores Públicos: Regime próprio e Regime de Previdência	Gestão Estratégica de Pessoas e Planos de Carreira	Das políticas às ações: direitos da pessoa idosa no brasil	Noções Introdutórias de Licitação e Contratos Administrativos		
Ética e Serviço Público	Estatística	Critérios do Certificado de Regularidade Previdenciário – CRP	Gestão Estratégica de Pessoas e Planos de Carreira	Formações de Pregoeiros		
Cidadania e Direitos Humanos	Matemática Financeira	A Previdência Social dos Servidores Públicos: Regime próprio e Regime de Previdência	A Previdência Social dos Servidores Públicos: Regime próprio e Regime de Previdência	Logística de Suprimentos – Lei nº 8.666/93, Pregão e Registro de Preços		
Das políticas às ações: direitos da pessoa idosa no brasil	Macroeconomia	Provas no Processo Administrativo Disciplinar	Provas no Processo Administrativo Disciplinar	Gestão e Fiscalização de Contratos Administrativos		

Câmara de Vereadores de Ivaiporã Est. do Paraná Fls.: 16

eSocial para Órgãos Públicos – RPPS	Microeconomia	Estatística	Análise *ex ante* de Políticas Públicas	Prevenção de Detecção de Cartéis em Licitações		
SIAPE Cadastro	Ciclo de Gestão do Investimento Público	Introdução à Gestão de Processos	Políticas Públicas e Governo Local	Curso básico de licitações – enfrentando (e vencendo) tabus		
Introdução ao Sistema SIGEPE – AFD	Elaboração do Plano Plurianual 2020- 2023	Introdução à Gestão de Projetos	Elaboração do Plano Plurianual 2020- 2023			
SIAPE Folha	Gestão de Riscos no Setor Público	Elaboração do Plano Plurianual 2020- 2023	Gestão de Riscos no Setor Público			
Gestão Estratégica de [illegible]soas e Planos de Carreira	Introdução à Lei Brasileira de Proteção de Dados Pessoais	Tratamento de Denúncias em Ouvidoria	Introdução à Lei Brasileira de Proteção de Dados Pessoais			
Critérios do Certificado de Regularidade Previdenciário – CRP	Acesso à Informação	Gestão de Riscos no Setor Público	Acesso à Informação			
A Previdência Social dos Servidores Públicos: Regime próprio e Regime de Previdência	Elaboração de Plano de Dados Abertos	Introdução à Lei Brasileira de Proteção de Dados Pessoais	Elaboração de Plano de Dados Abertos			
Provas no Processo Administrativo Disciplinar	Regulamentação da Lei de Acesso à Informação nos Municípios	Acesso à Informação	Regulamentação da Lei de Acesso à Informação nos Municípios			
Estatística	Criatividade e Novas Tecnologias no Serviço Público	Elaboração de Plano de Dados Abertos	Criatividade e Novas Tecnologias no Serviço Público			
[illegible]lise *ex ante* de Políticas Públicas	Noções Introdutórias de Licitação e Contratos Administrativos	Regulamentação da Lei de Acesso à Informação nos Municípios	Noções Introdutórias de Licitação e Contratos Administrativos			
Macroeconomia	Regras e Fundamentos do Sistema de Concessão de Diárias e Passagens (SCDP)	Criatividade e Novas Tecnologias no Serviço Público	Logística de Suprimentos – Lei nº 8.666/93, Pregão e Registro de Preços			
Microeconomia	Gestão e Fiscalização de Contratos Administrativos	Noções Introdutórias de Licitação e Contratos Administrativos	Regras e Fundamentos do Sistema de Concessão de Diárias e Passagens (SCDP)			
Políticas Públicas e Governo Local	Curso básico de licitações – enfrentando (e vencendo) tabus	Regras e Fundamentos do Sistema de Concessão de Diárias e Passagens (SCDP)	Gestão e Fiscalização de Contratos Administrativos			

Câmara de Vereadores de Ivaiporã Est. do Paraná Fls.: 17

Ciclo de Gestão do Investimento Público	Gestão Tributária Municipal	Gestão e Fiscalização de Contratos Administrativos	Curso básico de licitações – enfrentando (e vencendo) tabus			
Elaboração do Plano Plurianual 2020- 2023	Principais aspectos das mudanças da contabilidade aplicada ao setor público	Curso básico de licitações – enfrentando (e vencendo) tabus	Gestão Tributária Municipal			
Tratamento de Denúncias em Ouvidoria	Federalismo e Federalismo Fiscal no Brasil	Gestão Tributária Municipal	Principais aspectos das mudanças da contabilidade aplicada ao setor público			
Gestão de Riscos no Setor Público	Introdução ao Estudo da Economia do Setor Público	Introdução ao Estudo da Economia do Setor Público	Federalismo e Federalismo Fiscal no Brasil			
[illegible]odução à Lei Brasileira de Proteção de Dados Pessoais	Introdução ao Orçamento Público	Introdução ao Orçamento Público	Introdução ao Estudo da Economia do Setor Público			
Acesso à Informação	Lei de Diretrizes Orçamentárias para Municípios	Lei de Diretrizes Orçamentárias para Municípios	Introdução ao Orçamento Público			
Elaboração de Plano de Dados Abertos	Educação Fiscal – Estado e Tributação	Educação Fiscal – Estado e Tributação	Lei de Diretrizes Orçamentárias para Municípios			
Regulamentação da Lei de Acesso à Informação nos Municípios	Básico em Orçamento Público	Básico em Orçamento Público	Educação Fiscal – Estado e Tributação			
Criatividade e Novas Tecnologias no Serviço Público			Básico em Orçamento Público			
Noções Introdutórias de Licitação e Contratos Administrativos						
[illegible]rística de Suprimentos – Lei nº 8.666/93, Pregão e Registro de Preços						
Regras e Fundamentos do Sistema de Concessão de Diárias e Passagens (SCDP)						
Gestão e Fiscalização de Contratos Administrativos						
Prevenção de Detecção de Cartéis em Licitações						
Curso básico de licitações – enfrentando (e vencendo) tabus						

Câmara de Vereadores de Ivaiporã Fls.: 18 Est. do Paraná

Gestão Tributária Municipal						
Principais aspectos das mudanças da contabilidade aplicada ao setor público						
Federalismo e Federalismo Fiscal no Brasil						
Introdução ao Estudo da Economia do Setor Público						
Introdução ao Orçamento Público						
[redacted] de Diretrizes Orçamentárias para Municípios						
Educação Fiscal – Estado e Tributação						
Básico em Orçamento Público						

ESCOLA SUPERIOR DO TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO

https://contas.tcu.gov.br/ead/

CONTROLE INTERNO	CONTABILIDADE	ADMINISTRATIVO	JURÍDICO	LICITAÇÃO	MOTORISTA	SERVENTE
[redacted] seada em Risco – Etapas I e II – Parte Teórica	Auditoria Baseada em Risco – Etapas I e II – Parte Teórica	Os objetivos de desenvolvimento sustentável e as entidades fiscalizadoras superiores	Auditoria Baseada em Risco – Etapas I e II – Parte Teórica	Legislação Básica em Licitações, Pregão e Registro de Preços	Sustentabilidade na Administração Pública	Sustentabilidade na Administração Pública
Gestão Orçamentária e Financeira	Gestão Orçamentária e Financeira	Planejamento Governamental	Gestão Orçamentária e Financeira	Sustentabilidade na Administração Pública		
Os objetivos de desenvolvimento sustentável e as entidades fiscalizadoras superiores	Os objetivos de desenvolvimento sustentável e as entidades fiscalizadoras superiores	Estruturas de Gestão Pública	Os objetivos de desenvolvimento sustentável e as entidades fiscalizadoras superiores	Licitações Sustentáveis		
Planejamento Governamental	Planejamento Governamental	Sustentabilidade na Administração Pública	Legislação Básica em Licitações, Pregão e Registro de Preços			
Legislação Básica em Licitações,	Legislação Básica em Licitações, Pregão e Registro de Preços		Estruturas de Gestão Pública			

Câmara de Vereadores de Ivaiporã Fls.: 19 Est. do Paraná

Pregão e Registro de Preços						
Estruturas de Gestão Pública	Sustentabilidade na Administração Pública		Controles da Administraçã o Pública			
Controles da Administração Pública	Licitações Sustentáveis		Sustentabilid ade na Administraçã o Pública			
Sustentabilidad e na Administração Pública			Licitações Sustentáveis			
Licitações Sustentáveis						

INSTITUTO LEGISLATIVO BRASILEIRO (ILB)

https://saberes.senado.leg.br/

CONTROLE INTERNO	CONTABILIDADE	ADMINISTRATIVO	JURÍDICO	LICITAÇÃO	MOTORISTA	SERVENTE
Conhecendo o novo acordo ortográfico	Conhecendo o novo acordo ortográfico	Conhecendo o novo acordo ortográfico	Conhecendo o novo acordo ortográfico	Conhecendo o novo acordo ortográfico	Conhecendo o novo acordo ortográfico	Conhecendo o novo acordo ortográfico
Desenvolvimento de equipes	Deveres, Proibições e Responsabilidades do Servidor Público Federal	Desenvolvimento de equipes	Deveres, Proibições e Responsabili dades do Servidor Público Federal	Deveres, Proibições e Responsabilida des do Servidor Público Federal	Deveres, Proibições e Responsabilida des do Servidor Público Federal	Deveres, Proibições e Responsabilida des do Servidor Público Federal
Deveres, Proibições e Responsabilidade s do Servidor Público Federal	Ética e Administração Pública	Excelência no atendimento	Ética e Administraçã o Pública	Ética e Administração Pública	Ética e Administração Pública	Ética e Administração Pública
Ética e Administração Pública	Doutrina Política: Liberalismo	Ética e Administração Pública	Doutrina Política: Liberalismo	Doutrina Política: Liberalismo	Doutrina Política: Liberalismo	Doutrina Política: Liberalismo
Doutrina Política: Liberalismo	Doutrina Política: Novas Esquerdas	Doutrina Política: Liberalismo	Doutrina Política: Novas Esquerdas	Doutrina Política: Novas Esquerdas	Doutrina Política: Novas Esquerdas	Doutrina Política: Novas Esquerdas
Doutrina Política: Novas Esquerdas	Doutrina Política: Social-Democrata	Doutrina Política: Novas Esquerdas	Doutrina Política: Social-Democrata	Doutrina Política: Social-Democrata	Doutrina Política: Social-Democrata	Doutrina Política: Social-Democrata
Doutrina Política: Social-Democrata	Doutrina Política: Socialismo	Doutrina Política: Social-Democrata	Doutrina Política: Socialismo	Doutrina Política: Socialismo	Doutrina Política: Socialismo	Doutrina Política: Socialismo
Doutrina Política: Socialismo	Introdução ao Orçamento Público	Doutrina Política: Socialismo	Introdução ao Direito Constituciona l	O Poder Legislativo Municipal no Brasil	O Poder Legislativo Municipal no Brasil	O Poder Legislativo Municipal no Brasil
Introdução ao Direito Constitucional	O Poder Legislativo Municipal no Brasil	O Poder Legislativo Municipal no Brasil	Introdução ao Direito do Consumidor	Contratações Públicas	O Poder Legislativo Municipal no Brasil	O Poder Legislativo Municipal no Brasil

Câmara de Vereadores de Ivaiporã Fls.: 20 Est. do Paraná

Introdução ao Direito do Consumidor	Contratações Públicas	Contratações Públicas	Introdução ao Orçamento Público	O Poder Legislativo	O Poder Legislativo	O Poder Legislativo
Introdução ao Orçamento Público	O Poder Legislativo	O Poder Legislativo	O Poder Legislativo Municipal no Brasil	Lei de Acesso a Informação	Política Contemporânea	Política Contemporânea
O Poder Legislativo Municipal no Brasil	Lei de Acesso a Informação	Lei de Acesso a Informação	Contratações Públicas	Política Contemporânea		
Contratações Públicas	Ouvidoria no Ambiente Legislativo Municipal	Ouvidoria na Administração Pública	Fundamentos da Integração Regional: O Mercosul	Gestão Estratégica com foco na Administração Pública		
Fundamentos da Integração Regional: O Mercosul	Política Contemporânea	Ouvidoria no Ambiente Legislativo Municipal	O Poder Legislativo			
O Poder Legislativo	Gestão Estratégica com foco na Administração Pública	Política Contemporânea	Lei de Acesso a Informação			
Lei de Acesso a Informação		Processo Legislativo Federal	Dialogando sobre a Lei Maria da Penha			
Estado e Organizações da Sociedade Civil: MROSC		Gestão Estratégica com foco na Administração Pública	Estado e Organizações da Sociedade Civil: MROSC			
Ouvidoria na Administração Pública			Ouvidoria na Administração Pública			
Ouvidoria no Ambiente Legislativo Municipal			Ouvidoria no Ambiente Legislativo Municipal			
Política Contemporânea			Política Contemporânea			
Processo Legislativo Federal			Processo Legislativo Federal			
Introdução ao Controle Interno			Gestão Estratégica com foco na Administração Pública			
Gestão Estratégica com foco na Administração Pública						